

Fazenda vai propor "rolagem" da dívida interna por longo prazo

por Celso Pinto
de São Paulo

O plano de saneamento financeiro dos estados poderá ser detonado na próxima semana. A intenção do Ministério da Fazenda é dividir o ônus do ajuste com os bancos privados e com as empreiteiras.

O primeiro passo será o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional que viabilize a rolagem da dívida interna dos estados a mais longo prazo. Hoje existem limites legais que estreitam o prazo máximo a oito meses, no caso de antecipação de receitas fiscais. A rolagem da dívida externa dos estados não depende do Congresso e já foi acertada.

Com o instrumento legal definido, a intenção é negociar os planos de ajuste caso a caso, com cada um dos estados. Neste processo de discussão, pretende-se que cada um dos atores envolvidos contribua para a solução.

Aos estados será exigido um plano administrativo consistente com o saneamento financeiro. Ao mesmo tempo, a Fazenda deverá negociar com os bancos privados e empreiteiras algumas concessões em troca da regularização dos débitos de que são credores.

No caso das empreiteiras, por exemplo, isso poderá significar a concessão de algum desconto sobre o valor dos créditos, proporcional às vantagens embu-

tidas na fixação de um prazo certo para sua liquidação.

Para os bancos, especialmente algumas instituições que têm financiado os estados a taxas altíssimas de juros reais, a negociação envolveria provavelmente uma redução nas taxas.

Como se sabe, alguns estados chegaram a tomar dinheiro de bancos privados pagando a variação das Letras do Banco Central (LBC) mais até 5% de juros ao mês, o que equivale a 80% ao ano. Nesses casos, o governo procuraria convencer os bancos a amenizarem as condições origi-

nais. Na verdade, é algo que os bancos são levados a fazer, com certa frequência, no caso de grandes clientes privados em dificuldades.

Uma outra idéia, mais dura, andou circulando pela Fazenda, embora não seja certo que venha a ser posta em prática. É uma proposta para que os bancos absorvam obrigações emitidas pelos estados em dificuldades, dividindo com os tesouros estaduais o deságio que vem sendo praticado na negociação desses papéis.

Dada a situação difícil dos estados, muitos só estão conseguindo negociar

seus papéis no mercado oferecendo, além dos juros nominais, deságios substanciais sobre o valor de face. A idéia seria encontrar uma forma de os bancos absorverem estes títulos, aceitando fazê-lo pela metade do deságio normalmente praticado.

A forma final do plano de saneamento ainda depende de discussões adicionais entre técnicos da Fazenda e o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Em princípio, o ministro já deu o sinal verde para a conclusão do projeto. Se tudo der certo, ele poderá ser enviado ao Congresso na próxima terça-feira.